

## **Educação em Direitos Humanos.**

### **Resolução Municipal Nº 016/2019.**

*“Estabelece Diretrizes municipais para Educação em Direitos Humanos.”*

*“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”*

Declaração universal dos Direitos Humanos.



## **Resolução nº 016 / 2019.**

**Estabelece Diretrizes municipais para Educação em Direitos Humanos.**

O Conselho Municipal de Educação de Maranguape - CMEM, no uso de suas atribuições legais.

**CONSIDERANDO** o que diz dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e formação em Direitos Humanos ( Resolução A/66/137/2011), a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional(Lei 9.394/1996-LDB); O Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos(PMEDH 2005/2014), O plano nacional de educação em Direitos Humanos(PNEDH/2006); A Resolução Nacional nº 2, de 22 de dezembro 2017- orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular-BNCC e Resolução Estadual nº 474/2018- Estabelece o documento referencia do CE; sobre a BNCC.

### **Resolve:**

**Art. 1º** - A presente Resolução estabelece Diretrizes municipais para educação em Direitos Humanos (EDH), a serem observadas pelos órgãos do sistema municipal de ensino.

**Art. 2º** - Todas as escolas e CEIS públicas e privadas nos níveis da educação infantil, devem seguir as normativas da Declaração Universal dos Direitos Humanos-Resolução 217/ 10 de dezembro de 1948 em seus artigos:

**1º**- "Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas as outras com espírito de fraternidade"

**6º**-"Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei"

**Art. 3º** A educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito á educação,refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidade individuais e coletivas.

**Parágrafo único** : Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, referem-se a necessidade de igualdade e de defesa humana.

**Art. 4º** - Ao Sistema municipal de ensino, através de suas instituições públicas e privadas, caberá a efetivação da educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos (as) os envolvidos nos processos educacionais.

**Art. 5º** - A educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:

- I. Dignidade humana;
- II. Igualdade de direitos;
- III. Reconhecimento e valorização das diferenças e das necessidades;
- IV. Laicidade do estado;
- V. Democracia na educação
- VI. Transversalidade
- VII. Sustentabilidade socioambiental.

**Art. 6º** - A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático, orientador da formação integral, articula-se as seguintes dimensões:

- I. Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre os direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- II. Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- III. Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- IV. Desenvolvimento de metodologias participativas, construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos, contextualizados e assegurados em seus Projetos Políticos pedagógicos-PPP;
- V. Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gere ações em favor da promoção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos;
- VI.

**Art. 7º**- A educação em direitos humanos, tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência no exercício prático, como forma de organização social, política, econômica, ambiental e cultural;

**Parágrafo único:** Este objetivo deverá, orientar as instituições no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de ações adequadas as necessidades, as características biopsicossociais e culturais dos estudantes e seus contextos, intensificando a cidadania.

**Art. 8º**- A Educação em Direitos Humanos, deverá ser considerada, de modo transversal na construção dos instrumentais: Projeto Político Pedagógico-PPP e Regimento escolar.

§ 1º- Caberá ao núcleo gestor das escolas e coordenadores dos CEIS, acompanhar e orientar os professores sobre metodologias, que referendem as diretrizes para a educação em direitos humanos;

§ 2º- A equipe técnica da Secretaria de Educação, deve subsidiar as escolas com material didático sobre o tema.



**Art. 9º-** A inserção dos conhecimentos concernentes à educação em Direitos Humanos na organização dos currículos poderá ocorrer das seguintes formas:

- I. Pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
- II. Como conteúdo específico de uma das disciplinas, podendo ser na área de ciências humanas;
- III. Através de projetos e ou programas.

**Art.10-** A temática educação em direitos humanos deverá estar presente nas formações continuadas de todos os profissionais da educação, das diferentes áreas de conhecimento, nas redes pública e privada.

**Art. 11-** O Sistema municipal de ensino através dos órgãos estruturantes, deve fomentar e divulgar estudos, pesquisas e experiências bem sucedidas, realizadas nas escolas.

**Art. 12-** As escolas e CEIS, deverão trabalhar em suas áreas de conhecimento metodologias, tendo como princípio orientadores dos direitos humanos, o que determina o Art. 14, inciso IV- Alinea F, da resolução nacional nº 02/2017 e resolução estadual 474/2018.

**Parágrafo único:** O Conselho municipal de educação, juntamente com a Secretaria de Educação, definirão estratégias de acompanhamento das ações, desenvolvidas nas instituições de ensino.

**Art. 13-** As instituições de ensino, deverão buscar apoios formativos, junto as universidades e órgãos, que desenvolvam trabalhos desta temática.

**Parágrafo único:** Buscar parcerias com poderes legislativos (câmara de vereadores) judiciário e movimentos sociais afins, para qualificar melhor o trabalho.

**Art. 14-** Anualmente a Secretaria de Educação, Juntamente com este Conselho e instituições da educação básica e superior, realizará um simpósio municipal para tratar da educação em direitos humanos.

**Parágrafo único:** O simpósio mencionado deverá acontecer no segundo semestre, preferencialmente na semana em que se comemora o aniversário do município, na oportunidade, destacar e homenagear simbolicamente as escolas que efetivaram ações e atividade afins.

**Art. 15-** As escolas terão autonomia pra realização de suas estratégias metodológicas, porém esta resolução apresenta as seguintes propostas:

- a) Pesquisas
- b) Filmes
- c) Documentários
- d) Palestras
- e) Debates
- f) Seminários
- g) Simpósios...



*[Handwritten signature]*

Art. 16- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua homologação.

*Francisca Sirone Alcência Freire*

Francisca Sirone Alcência Freire.  
Presidente do Conselho Municipal de Educação.

*Cícera Rejane de Souza Batista*

Cícera Rejane de Souza Batista.  
Secretária Municipal de Educação.

Homologada em 03 /09/2019- Maranguape Ceará.

